

Desvelando o Segredo

contribuições do trabalho do Creas
na prevenção e assistência à criança
vítima de violência sexual intrafamiliar

Talita Baldin¹

Mario de Souza Martins²

Resumo

Esta pesquisa foi desenvolvida em um município na região Centro-Sul do Estado do Paraná, com população de aproximadamente 56 mil habitantes. O estudo busca compreender o fenômeno da violência sexual infantil intrafamiliar denunciado pela escola, baseando-se em considerações de dois profissionais que atendem as vítimas de violência sexual no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas) do município, em especial no programa de atendimento às crianças e adolescentes. A pesquisa de campo foi realizada a partir de uma entrevista com um psicólogo e uma pedagoga, cujas colocações apontam para a prevenção e reconhecimento da violência sexual com os indivíduos que atuam na instituição escolar, assim como trazem observações importantes acerca da instituição familiar e das influências e relações de poder históricas que a perpassam. Os resultados indicam que programas de prevenção à violência sexual infantil nas escolas e na comunidade em geral têm favorecido a quebra do silêncio sobre a violência, mas revelam principalmente o papel da escola, onde se tornam perceptíveis sinais de que uma criança está vivendo uma situação de abuso. A denúncia facilita o trabalho do Creas no rompimento da cadeia de abusos, contribuindo para a conscientização das crianças de seus direitos e de que a situação de violência não deve ser própria da relação entre elas e os adultos.

Palavras-chave: Dominação masculina. Instituição escolar. Conflitos familiares. Relações familiares.

¹ Acadêmica do 4º ano de Psicologia, Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro.

² Professor Graduado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado de Rio de Janeiro (1980), Mestrado em Sociologia de Desenvolvimento pela Universidade Federal do Ceará (1983) e Doutorado em Sociologia e Economia – Universidade de Oldenburg – Alemanha (1996). Atualmente é professor-adjunto da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Religião, Gênero e Políticas Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: Classes Sociais, Cultura, Educação, História, Gênero e Metodologia da Pesquisa.

UNVEILING THE SECRET: CONTRIBUTIONS CREAS WORK IN PREVENTION AND ASSISTANCE TO CHILD VICTIMS OF INTRAFAMILIAL SEXUAL VIOLENCE

Abstract

The research was conducted in a town center-south region of Paraná, Brazil, with population approximately 56.000. The reaserch seeks to understand the phenomenon of intrafamilial child sexual abuse reported by the school, based on considerations of two professionals who treat victims of sexual violence at the Center for Specialized Social Assistance Reference (Creas) in the city, particularly in the care program children and adolescents. The field research was conducted from an interview with a psychologist and a pedagogue, whose placement point for the prevention and recognition of sexual violence with individuals who work in schools, as well as bring important observations about the family institution and influences and historical power relations that permeate it. The results indicate that prevention programs for child sexual violence in schools and community in general have favored breaking the silence about violence, but mainly points the role of the school, where they become visible signs that a child is experiencing a situation of abuse. The complaint makes the work of Creas in breaking the chain of abuse, contributing to children's awareness of their rights and that the violence should not own the relationship between her and an adult.

Keywords: Male domination; School; Family conflict; Family relationships.

O presente artigo visa a compreender como se desenvolve o trabalho do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas) no que respeita à atuação diante do fenômeno da violência sexual infantil de caráter intrafamiliar, considerando a assistência e a prevenção enfocadas por profissionais do Creas de um município localizado na região Centro-Sul do Estado do Paraná. Para tal, foram considerados os dados levantados em uma entrevista com os dois profissionais responsáveis pela assistência às vítimas do fenômeno neste local: um psicólogo e uma pedagoga.

Diante das informações coletadas enfocaremos no presente trabalho o papel da escola e a violência sexual infantil ocorrida na família, dada a preocupação dos profissionais da instituição com a formação daqueles que atuam diretamente com as vítimas, em especial os profissionais da educação. Tal constatação se dá a partir da percepção de que a escola possui papel significativo na identificação das crianças em contato com a violência. Considera-se ainda que a pesquisa perpassou por outros assuntos, tais como a caracterização das famílias em que se percebe o fenômeno mais frequentemente, bem como as relações de poder e de gênero inerentes à relação entre seus membros.

Trata-se de uma pesquisa descritiva de caráter qualitativo, com pesquisa de campo, que foi realizada por meio de uma entrevista semiestruturada com dois profissionais, um psicólogo e uma pedagoga, responsáveis pelo programa de atendimento às vítimas de violência sexual infantil no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas) de um município da região Centro-Sul do Estado do Paraná, buscando perceber de que forma eles entendem a ocorrência da violência sexual infantil de caráter intrafamiliar, bem como verificar as relações de poder inerentes ao fenômeno.

O presente artigo encontra-se dividido em partes distintas. Primeiramente apresenta reflexões acerca da família, escola e violência, tratando posteriormente da contextualização da pesquisa, os resultados e sua discussão. Finalmente apresenta as considerações finais e as referências utilizadas.

Família e violência

Para melhor compreensão do fenômeno da violência, o Ministério da Saúde (Brasil, 2001) divide o fenômeno em quatro subgrupos, sendo estes a violência física, a violência sexual, a violência psicológica e a negligência. Neste artigo será abordada especificamente a violência classificada como sexual, definida como:

Todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente, ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa. (...) A criança é sempre vítima. (...) A intenção do processo de Violência Sexual é sempre o prazer (direto ou indireto) do adulto, sendo que o mecanismo que possibilita a participação da criança é a coerção exercida pelo adulto, coerção esta que tem raízes no padrão adultocêntrico de relações adulto-criança vigente em nossa sociedade (Azevedo, 2007).

Com relação especificamente à violência sexual infantil, Romero (2007) destaca que em se tratando de violência doméstica, inúmeras são as questões que complexificam o fenômeno, visto que geralmente se trata de uma ação sigilosa, preservada pelo segredo. Muitas vezes o fenômeno é deturpado por intermédio da denominação conceitual de castigo ou disciplina, que em verdade não se relaciona a agressões de cunho sexual. Para melhor caracterizar judicialmente o que seria considerado ilegal ou não, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que, a partir da aprovação da Lei Federal 8.069/90, garante que a criança seja protegida de qualquer forma de abuso, inclusive sexual. Com isto, o Brasil foi um dos primeiros países a criar uma lei que zela pelas crianças e adolescentes expostos a situações que violam seus direitos (Braun, 2002), uma vez que os atendimentos a crianças vitimadas por violência doméstica em Conselhos Tutelares, Delegacias de Polícia, Juizados da Infância e Juventude e escolas são crescentes.

Ferrari e Vecina (2002) pontuam que os comandos centrais das leis nacionais e internacionais se relacionam à garantia para que todos tenham o poder de decidir livre e responsabilmente sobre a própria vida sexual e reprodutiva, além do direito a informações e meios para que essa prática seja feita sem discriminações, coerções ou violências. As autoras alertam que embora a criança e o adolescente tenham esses direitos, lamentavelmente têm sido constantemente vítimas de muitas formas de exploração mesmo quando abafada pelo silêncio do tabu, essencialmente familiar.

Tratando-se especificamente da violência sexual intrafamiliar, torna-se necessário realizar um apanhado etimológico e histórico da família e sua estrutura. A origem do termo vem de “*famulus*” que quer dizer um conjunto de servos e dependentes de um chefe ou senhor. Sua estrutura começa com a união de dois indivíduos provenientes de lares que na maioria dos casos são pouco ou nada comuns, quando um homem e uma mulher formam um casal geralmente com ideais sociais e afetivos estranhos a ambos (Prado, 1986). Logo após esta união pode ocorrer o nascimento dos filhos, o que põe sob o mesmo teto duas gerações (a dos pais e a dos filhos), que jamais serão idênticas em todos os aspectos e entre as quais pode haver conflitos por conta da diversidade. Esta configuração de família é a dita nuclear, a qual tem se modificado estruturalmente e, portanto, dado lugar a inúmeras outras formações propiciadas pelo divórcio e recasamento (Eizirik, 2001; Scodelario, 2002). Desta forma, podem conviver em um mesmo lar pais, filhos, padrastos, madrastas e enteados.

Simmel apud Nunes (2003, p. 37) observa que a família é “referência maior, núcleo, base da formação da personalidade da criança e do futuro cidadão”. Neste princípio considera-se que, em sua base, há noções de sexualidade, de procriação, de proteção e de segurança física e emocional, necessidades estas que primitivamente são consideradas fundamentais a todos os animais, mas que em sua complexidade referem-se propriamente ao que é humano e racional (Foucault, 1985).

Historicamente, Ariès (2006) pensa o sentimento de família analisando pinturas dos séculos 16 e 17, nas quais é retratada a evolução do ciclo familiar, passando da representação da família do senhor de terras entre os camponeses para a representação da inclusão da criança nas iconografias da vida familiar. Nas pinturas o autor verifica a relação entre pais e filhos, percebendo-se que inicialmente se fazia ausente qualquer sentimento profundo entre estes. A família, portanto, era muito mais uma instituição moral e social do que sentimental. Após a revolução industrial no século 18, a família passou a olhar não mais o estritamente hierárquico, dando maior importância à criação e à presença dos filhos. Desta forma, o sentimento de família emerge juntamente com o de infância, estando a partir de então indissociáveis, mas a infância só surge como idade com características e necessidades próprias no século 20.

Contraopondo-se a isso, unindo-se pelo sentimento, surgem também os conflitos familiares que intensificam os próprios conflitos conjugais advindos da relação triangular instaurada com a presença do filho juntamente ao pai e à mãe (Scodelario, 2002).

Nestas perspectivas observava-se que a formação de cada família tem suas singularidades e sua dinâmica de relacionamentos que são construídos diariamente, diante de cada situação. Com a chegada dos filhos os pais precisam se adequar ao novo padrão de vida exigido por eles e os conflitos na constituição das relações entre os familiares (como ciúme, raiva, amor e medo) precisam ser trabalhados a fim de se obterem resultados positivos. Se os conflitos forem negligenciados, há possibilidade de levarem a família à desintegração dos laços relacionais e incluírem em sua estrutura a violência, fenômeno multicausal com incontáveis consequências, incluindo a autoestima rebaixada da pessoa que passa a ser vitimada (Scodelario, 2002). Neste sentido, pode vir à tona uma submissão consentida por parte de alguns de seus membros (Aranha; Martins, 1993), na qual a constituição familiar é posta à ordem do pai, podendo haver presença de relações patriarcais de poder que, em uso abusivo, permite a violência enquanto fenômeno multicausal.

Foucault (1979) define o poder como lutas de forças internas e móveis, que também se fazem presentes nas relações familiares. Nesse contexto, a autoridade dominadora, historicamente caracterizada pelo pai diante dos demais membros familiares, pode tanto ser exercida de forma coagida quanto coercitiva e que, no segundo caso, quando aliado ao abuso de poder pode vir carregado pela violência. O autor expõe que quando esta ação ocorre representa a constituição do homem na própria história enquanto sujeito singular, mas que tem seu corpo adestrado, normalizado conforme o prazer permitido e interpretado de acordo com o discurso, neste caso patriarcal. Salienta-se que os papéis dos membros familiares são flexíveis e móveis e que, portanto, qualquer caracterização é condicionada pelo seu contexto histórico.

Para caracterizar este gênero Connell e Messerschmidt (2005) utilizam-se do conceito de masculinidade hegemônica, discutindo aspectos conceituais na sua elaboração e na experiência de seus corpos. Os autores consideram que há um modelo de múltiplas masculinidades e relações de poder envolvendo a temática, compreendendo-a enquanto entidade flexível, incorporada pelo corpo ou em traços individuais da personalidade de cada indivíduo. Ou seja, configurações da prática realizada na ação social e que por isso são capazes de se diferenciar conforme as relações de gênero em uma determinada configuração social.

Thorne (1993) percebe a subjetivação de meninos e meninas constituindo-se a partir do nascimento ou mesmo antes dele, sendo que a estereotipia do que significa pertencer a um gênero ou a outro se evidencia pelo estilo de roupas, tipos de músicas, tipos de brincadeiras e mesmo pela forma de falar utilizada. Assim, a autora considera que desde bebês as crianças são orientadas a escolher os padrões de comportamentos considerados os mais adequados a sua condição. Neste viés, fala-se de influências socializadoras. Uma exemplificação é trazida por Thorne com a observação que faz da capa de uma revista na qual há uma fotografia de um menino e uma menina: enquanto o menino está vestido com calças e mostrando o músculo do braço, a menina está usando um vestido e segurando uma boneca. Desta forma, as diferenças são evidenciadas desde o

nascimento da criança, os caminhos lhes são indicados e por isso conclui-se que “*if boys and girls are different, they are not born but made that way*” (Thorne, 1993, p. 2).

No mesmo sentido, Bourdieu (2010) aponta para a existência da dominação masculina na sociedade por conta das suas relações, e este poder se expressa na virilidade que a própria sociedade oferece com os jogos de violência propostos e praticados essencialmente por homens, como os esportes de luta. O autor assevera que os meninos são educados com fins de reconhecer na sociedade quais jogos indicam dominação e a se lançarem a eles conforme algo construído de acordo com sua libido, da mesma forma que as meninas filhas de mães que trabalham fora de casa aspiram por carreiras profissionais elevadas e são menos presas ao modelo tradicional de família.

Ainda percebe-se que a dominação masculina se instaura na sociedade de tal forma que seu poder simbólico está tão internalizado nas pessoas que não há necessidade de discursos constantes para legitimá-lo, pois:

(...) a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, divisão bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembléia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres (Bourdieu, 2010, p. 18).

Assim, a dominação masculina é vivenciada nos corpos, mas se baseia nos discursos sociais. Bourdieu (2010) apresenta esta relação ao destacar que o discurso paterno se desenvolve tão fortemente nas famílias que a criança cresce sob a égide de um discurso de pai que sempre tem a razão.

No que concerne à mulher, sua subordinação está historicamente relacionada a um papel secundário, daquela que sempre fica à margem de outro maior, que seria o homem. Beauvoir (1980) percebe que a História confere à mulher um papel negativo, de limitação e sem reciprocidade, cujo conhecimento (ou falta dele!) se dá por conta de sua condição: “havia uma vertical absoluta

em relação à qual se definia oblíqua, há um tipo humano absoluto que é o tipo masculino” (Beauvoir, 1980, p. 9) e todos os comportamentos tanto femininos quanto masculinos se dão por esta condição. Nesse aspecto, o papel de mulher continua ligado à subjugação e ela ainda é inferiorizada pelo discurso reproduzido historicamente. Ou seja, apesar de todos os avanços consequentes dos movimentos feministas, a condição da mulher ainda é de subordinação e subjugação, visto que ao mesmo tempo em que a sociedade a convida à independência financeira e emocional, também a obriga a se inferiorizar diante de outrem, geralmente assumindo-se como vassala do masculino, porque “a mulher se conhece e se escolhe, não tal como existe para si, mas tal como o homem a define” (1980, p. 177).

Com base no supracitado, aponta-se para a questão das relações existentes entre os gêneros masculino e feminino. Souto e Braga (2009), considerando as relações conjugais, expõem o conceito de gênero no sentido de um conjunto de variáveis de ordem cultural, política, psicológica, jurídica e econômica que são vivenciadas pelas pessoas de forma distinta, conforme o sexo. Esse conceito, para Nicholson (2000), tem suas raízes em dois outros conceitos importantes da modernidade: a da base material da identidade e a da construção social do caráter humano. É com base nos movimentos sociais feministas, mais fortemente instaurados no final dos anos 60, que surge a ideia de gênero complementando o conceito de sexo e não de modo a substituí-lo. É uma forma de luta contra o determinismo biológico, pois para ela o gênero é social.

Para Nicholson (2000), portanto, gênero seria um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças dos sexos, como forma de dar significado as relações de poder. Essas diferenças são fundadas em símbolos que criam representações e mitos, vindos de um saber normativo que apenas coloca em evidência aquilo que diz respeito ao saber dominante. O gênero tem uma preocupação na construção de um discurso que constrói e consolida uma identidade do feminino e do masculino, dizendo o que é ser homem e o que é ser mulher e prendendo-os dentro dessas limitações, o que vem de acordo com o já exposto por Bourdieu (2010), Beauvoir (1980) e Thorne (1993).

Neste sentido, retomar a violência sexual a partir das relações de gênero, aponta o jogo estabelecido entre as relações de poder, aqui abarcadas as existentes entre homem e mulher e homem e menina – o maior índice de violência sexual é de homens contra meninas (Machado et al., 2005; Polanczyk et al., 2003; Monteiro et al., 2008; Brasil, 2010).

Desta forma, cabe salientar que caracterizar o poder da dominação do masculino como uma relação de forças que age de forma dinâmica significa afirmar que indivíduo algum é capaz de impor sua vontade própria a outro indivíduo pura e simplesmente sem que tenha havido uma interação prévia entre eles. Em outras palavras, é preciso haver uma interação anterior para que o processo de autoridade ou dominação se estabeleça (Parsons apud Lebrun, 1984), o que representa que nesta situação não há uma concessão linear de poderes, sendo um totalmente oprimido e outro somente opressor.

Nas palavras de Bourdieu (2010), as categorias de dominação sempre se dão do ponto de vista dos dominantes. Articulando com a violência simbólica, nesta relação, a dominação acaba parecendo natural à situação e muitas vezes é motivo para a autodepreciação dos dominados, que incorporam o discurso e se inferiorizam ao crer que seu valor é menor ao do discurso dominante.

Destarte, a dominação simbólica exercida por parte do homem e a submissão da mulher se faz legitimada pelos efeitos contínuos de uma ordem social constantemente enfatizada. Acredita-se, no entanto, que tanto o papel do masculino quanto do feminino dentro da família precisa ser complementar para que a criança se desenvolva em um ambiente favorável, contradizendo a égide instaurada socialmente de um homem enquanto provedor da família e de uma mulher que toma conta dos cuidados e da educação das crianças (Noronha, 1986).

Escola e violência

Além do papel familiar, outra instituição tem fundamental importância na vida dos sujeitos, ou seja, a escola. Esta age como instrumento da educação, visando a abranger os “processos formativos que desenvolvem na vida familiar,

na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Brasil, 1996, p. 1). O texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional considera ainda que a educação inspira-se em princípios de liberdade e solidariedade humanos, cuja atuação conjunta entre família e Estado visa ao desenvolvimento do sujeito que aprende tanto para o trabalho quanto para a cidadania. Nesse aspecto percebe-se a educação, e mais especificamente a escola, como altamente ideológicas por atingirem simbolicamente os educandos.

Entende-se, assim, que a escola age em prol de uma instituição, a educação, e que neste sentido também doutrina com normas e leis socialmente definidas, favorecendo o império da ordem sobre o caos. Isso se dá na medida em que cada formação social, baseada na sua concepção de mundo, constrói um bloco social, a partir da ideologia, atuando como base para a unidade e coesão (Severino, 1986). Ressalta-se que a escola é um dos locais em que mais tempo as crianças permanecem e em contato com toda uma rede de relações, como colegas, professores e os demais funcionários. Por vezes essas relações tornam-se próximas e muito significativas, subjetivamente. Entende-se que a escola pode ser um grande auxiliar na percepção dos comportamentos das crianças, inclusive daqueles que podem denunciar casos de violência, mais especificamente a de caráter sexual.

Nesse sentido, Brino e Willians (2003) atentam para a necessidade de capacitação continuada dos profissionais das escolas para a identificação de possíveis vítimas de alguma forma de abuso, visto que muitas vezes os sinais não são fisicamente visíveis. Essa responsabilidade vem do fato de que seu objetivo maior é o de “garantir qualidade de vida de sua clientela, bem como promover a cidadania, e por isso urge capacitar professores para enfrentarem a difícil questão do abuso sexual infantil” (Brino; Willians, 2003, p. 115). Da mesma forma, Viodres-Inoue e Ristum (2008) percebem a relevância do papel da escola na prevenção e intervenção dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Um estudo, contudo, aponta que os professores não possuem acesso a fontes adequadas para esclarecimento das condições de abuso, nem dos direitos e formas de proceder com a criança, sendo geralmente movidos por crenças errôneas acerca da violência, pois seu acesso a artigos científicos, livros e cursos que tratem da temática é muito limitado. Além disso, muitas vezes, quando percebe o abuso, o professor não denuncia por três motivos principais: desconhecimento dos direitos da criança, medo de censura e represália por conta dos responsáveis pela criança ou crenças profissionais de que não deve se envolver com as questões familiares de seus alunos (Brino; Willians, 2003).

Contextualização da pesquisa

Conforme o Censo das Cidades de 2007 (Brasil, 2012), o município pesquisado conta com pouco mais de 56 mil habitantes. Destes, 77,92% são residentes urbanos e 28,02% rurais. A economia do município baseia-se essencialmente na prestação de serviços (72,8% da economia municipal), seguida pela indústria (17,7%) e agricultura (9,4%). No que respeita à educação, no mesmo ano, o IBGE registrou 12 pré-escolas, 50 escolas de Ensino Fundamental e 12 escolas de Ensino Médio, atendendo a 11.883 alunos e contando com 689 professores. Outro dado relevante para a caracterização do município é que este Censo trouxe como estatística, 509 famílias com casais formados, 21 separações e 26 divórcios, ou seja, essencialmente as famílias do município são nucleares.

Um dos serviços do Creas do município destina-se especificamente a agir em prol do atendimento das vítimas do fenômeno da violência sexual, cuja preocupação atual tem sido não somente de assistência, mas também de prevenção, visto que esta se refere a um processo menos custoso e danoso (econômica e emocionalmente) para o Estado e seus cidadãos. Assim, o Creas possui vários programas voltados à assistência social do município. Nesta pesquisa aborda-se o trabalho realizado por dois profissionais que trabalham com a violência sexual infantil.

As denúncias de violência geralmente chegam ao programa por meio da família, da escola ou do Conselho Tutelar, quando sua ocorrência é suspeita ou comprovada. A vítima então é ouvida pelo psicólogo e pela pedagoga e posteriormente encaminhada para outras instâncias, conforme a necessidade, como o atendimento para aconselhamento. Neste momento a pedagoga faz papel complementar ao do psicólogo, sendo responsável pelo cadastro social realizado com a criança ou adolescente a fim de conhecer a dinâmica familiar vivenciada.

Resultados e discussão

A partir da entrevista, que se baseou em questões investigativas acerca da violência sexual infantil de caráter intrafamiliar, percebeu-se que os profissionais consideram de fundamental importância programas de prevenção à violência sexual infantil nas escolas e na comunidade, visto que eles têm favorecido a quebra do silêncio da violência. Os profissionais destacam que a escola está percebendo mais cedo os sinais de que uma criança está passando por situação de abuso e assim denunciando, da mesma forma que as próprias crianças estão sendo conscientizadas de seus direitos e de que situações são próprias ou não da relação com o adulto. Também, suas respostas foram esclarecedoras no sentido de permitir visão mais ampla acerca das vítimas e dos abusadores, evidenciando situações de risco dentro das famílias, conforme discutido a seguir.

Especificamente quanto às relações familiares e no que diz respeito ao vínculo estabelecido entre seus membros, percebe-se que o relacionamento entre os cônjuges influenciam na ocorrência ou não da violência, sobressaindo a questão do vínculo familiar: *“o vínculo com a criança, (...) com os familiares. Às vezes, o abusador é o padrasto, às vezes o relacionamento entre o casal não está muito bom, não que isso justifique, mas a gente percebe que é uma coisa que tem influenciado”*.

No que diz respeito às situações que poderiam ser características das famílias em que ocorre a violência sexual, os profissionais argumentam como norteadores situações do próprio abusador, como formas de violência que ele passou anteriormente, assim como o uso de álcool e drogas. Também são levados em consideração pais que deixam as crianças ou adolescentes com familiares ou conhecidos para exercer suas atividades profissionais. Nem sempre a escolha é acertada, mas não resta à família outra alternativa, ainda mais quando todos os seus membros contribuem para a renda familiar, obrigando-os a aceitar de bom grado a compensação financeira. Na atualidade, o papel de provedor do núcleo familiar não se limita ao masculino, muitas vezes a mulher é contemplada com a renda mais significativa, tornando-a refém da sua atividade, e afastando-a da família, da qual perde em muitos casos o controle sobre o seu desenvolvimento: *“características muito próximas dessas famílias é (...) situação socioeconômica, álcool, drogas, situações em que às vezes os padrastos ou os pais ficam mais tempo na casa com a criança e que a mãe às vezes é que sai pra trabalhar. Essa é uma das coisas que chama atenção, quer dizer, é a mãe que sai pra trabalhar e o pai ou o padrasto ou o avô acaba ficando ali cuidando das crianças”*. Tais características são verificadas também nos estudos de Ferrari e Vecina (2002).

Essa fala dos entrevistados permite concluir que em geral quem abusa sexualmente da criança ou do adolescente é o homem. *“A maioria é. Há casos de mães, mas aqui pra nós é de homens. Pelo menos chega bem pouco de mulheres que abusam. A maioria é do sexo masculino”*, sendo também a maior parte das vítimas meninas (Viodres-Inoue; Ristum, 2008; Brasil, 2010) violentadas por homens (Machado et al., 2005; Polanczyk et al., 2003; Monteiro et al. 2008; Brasil, 2010). Com relação a estes dados, os profissionais entrevistados afirmaram que nos 97 casos atendidos pelo programa no momento em que responderam à entrevista, apenas três eram de meninos e em nenhum deles o abusador era do sexo feminino.

Na relação entre pais e filhos dentro das famílias em que ocorre a violência sexual, os profissionais percebem um relacionamento conflituoso com a mãe e de submissão ao pai: *“Às vezes o relacionamento da criança com a mãe*

é complicado, é bem instável. Tem horas que ela gosta da mãe, mas parece que sente uma mágoa porque ela não protege, tem raiva. Parece que a mãe não percebeu”, ou ainda que a criança conte para a mãe, confia nela, mas que a mãe não acredita em sua palavra, gerando um conflito entre ambas. *“Tem casos em que a criança conta direto pra mãe quando ocorre, quando é às vezes um avô ou é um vizinho que acaba abusando. Quando é adolescente a mãe na hora defende a menina, mas depois reverte. Parece assim que ela, a adolescente, que facilitou, parece que ela que se insinuou, a culpada é ela”.* Tais apontamentos podem ser fruto do discurso social atrelado àquele de que a mãe é que deve educar os filhos e que se houver algum tipo de problema relacionado a eles, a falha foi dela, uma vez que socialmente é esperado que cumpra este papel de forma satisfatória (Nicholson, 2000; Beauvoir, 1980). Com isto, qualquer falha torna-se passível de críticas, e com o silêncio parece que a mulher está compactuando com o acontecimento. O que seria, porém, o reverso, senão o sinal de fracasso, naquele papel que lhe foi atribuído socialmente?! E tornar o fato conhecido por parentes e amigos seria como vislumbrar o rompimento dos laços familiares. Lidar com a rejeição, que a culpabiliza, não é uma tarefa simples. Sendo assim, coloca-se a questão: Qual caminho é o menos dolorido? A mulher defronta-se com todas as catástrofes diante de si.

Enquanto que para a vítima se faz presente uma ambivalência de sentimentos, uma situação em que a criança busca se afastar e rechaça aquela mãe que, conforme a sua percepção, é aquela que não protege. Bonavides (2005) argumenta que a criança necessita sentir-se amada e valorizada, incluindo a segurança de se perceber protegida, livre de ameaças, inclusive sentir-se apoiada, e são sentimentos como este, de apoio, amor e valorização, que propiciam um bom desenvolvimento emocional para as crianças, portanto uma situação que deve ser priorizada por todos os membros da família.

No mesmo sentido, Drezzeti (apud Viodres-Inoue; Ristum, 2008) declara que a própria vítima às vezes deixa de denunciar por medo de humilhação, incompreensão e constrangimento diante de seus familiares e autoridades. Assim, há o medo de que a culpem por provocar ou favorecer a prática da violência.

Um estudo do mesmo autor, no entanto, sugere que as vítimas geralmente não contribuem para aumentar o risco da ocorrência de abuso e que muitas delas estavam exercendo atividades cotidianas quando do acontecimento do fenômeno, ou seja, são vítimas de situações que estão fora de seu controle.

Considera-se também que há casos em que a família tem conhecimento da situação de abuso, mas não revela para os órgãos competentes, perpetuando a violência: *“Às vezes a família até sabe, mas não quer ver ou não denuncia, tem aquele pacto de silêncio entre eles”*. Isto é próprio da dinâmica da família que não quer se expor ou que tem medo de ouvir a vítima por não saber lidar com a situação (Gabel, 1997), o que é extremamente prejudicial à criança, que cresce sob a égide de um segredo que há muito percebe-se precisar ser quebrado.

Outro ponto bastante significativo nessas famílias é o fato de que na maior parte dos casos em que a violência não é denunciada é porque a mãe depende financeiramente do marido, por isso denunciá-lo significa perder o suporte financeiro: *“Geralmente são famílias em que a mulher depende financeiramente do marido. Ele é o provedor da casa”*. São famílias comumente nucleares e de dependência feminina. Há, no entanto, também aquelas mulheres que mesmo com independência financeira, emocionalmente se sujeitam a algo histórico e socialmente construído: o discurso da hegemonia patriarcal. Noronha (1986) percebe a instauração e perpetuação deste discurso historicamente, assim como Beauvoir (1980) constata a construção e sustentação do imaginário de uma mulher enquanto sexo frágil, dependente, emotivo. Uma possibilidade para reversão ou ao menos minimização deste quadro é apresentado em um trabalho de Guedes e Fonseca (2011). As autoras enfatizam a autonomia como *“a capacidade e as condições concretas que permitem às mulheres tomar livremente as decisões que afetam as suas vidas e o poder de agir segundo tais decisões”* (Guedes; Fonseca, 2011, p. 1.732). Esta é condição para a saúde, atuando não somente com relação à mulher, mas também aos filhos, pois permite a ambos a liberdade para plena existência no plano de sujeito que possui direitos que devem ser cumpridos.

Dessa forma, a relação com o homem, falando-se em gênero masculino, é de dominação sobre os demais membros da família: *“Ah, de dominação. A gente percebe... Não todos os casos... Mas na maioria há uma dependência da mulher, uma submissão, um medo. É bem comum, mas não são todos os casos”*. Neste caso, questionaram-se como os profissionais percebem que essa dominação se expressa, ao passo que estes responderam que é *“pelo próprio jeito dele falar, verbalmente, de se posicionar, de ter aquela idéia de que mulher é pra ficar em casa, se tornando mais objeto dele. Nesse sentido”*, o que poderia representar a própria corporificação da masculinidade hegemônica, dada pela construção da noção da virilidade masculina (Connell; Messerschmidt, 2005).

Consideram-se ainda que existam *“situações de famílias em que a mulher não é independente financeiramente do esposo, que ela não tem um trabalho, não tem por onde conseguir se manter financeiramente. Porque quando a mulher trabalha e o marido fica em casa ela acaba sendo mais autônoma, ela toma iniciativa”*. Percebe-se que a saída da mulher de casa para trabalhar resulta em dois aspectos: ao mesmo tempo em que há facilitação da situação de abuso, porque ela deixa seus filhos com outras pessoas (Ferrari; Vecina, 2002), também pode significar maior autonomia e independência para denunciar o abuso e se afastar do abusador quando descobre que há violência. Drezett, porém (apud Viodres-Inoue; Ristum, 2008), argumenta que na maior parte dos casos a mãe protege o marido, mesmo quando isto significa negligenciar as necessidades emocionais dos filhos.

O psicólogo entrevistado pontuou que é por questões históricas que a dominação e a submissão se perpetuam, algo que *“vem desde o patriarcado. Quer dizer, o homem é o provedor, então eu, o homem, trabalho. O homem tem que dar de comer à esposa, tem que prover todas as necessidades dos filhos e em alguns momentos parece que alguns se perdem nesse sentido de que ‘ah, estou provendo a casa, mas ao mesmo tempo eu mando em todo mundo’*. (...) *As pessoas parece que se tornam objetos nas mãos desses homens. A última palavra é dele”*, ao passo que a pedagoga complementa que *“A educação dos filhos fica por conta da mulher. Se ela não fez um bom trabalho, cobra dela. Se*

a criança está apresentando alguma coisa, a culpa é dela. Também que ela é que passa o dia inteiro com a criança, então é ela quem tem que educar, ela tem que cuidar. Como se a educação não fosse compartilhada, por pai e mãe e por todos, como se a criança não aprendesse com a relação dos dois ali”.

Nesta perspectiva faz-se presente uma espécie de submissão consentida, visto que muitas vezes o restante da família sucumbe ao poder exercido pelo pai (Aranha; Martins, 1993). Acredita-se, no entanto, que para o desenvolvimento saudável das crianças, essa submissão consentida não deve impossibilitar a resolução de conflitos, nem se restringir ao fato de os demais membros acatarem a autoridade patriarcal.

Considera-se que historicamente situações de dominação *versus* submissão venham reproduzindo: “*O menino acaba vendo como que o pai age e daí acha que é a forma correta ou acaba tendo raiva do pai*”. Verificam-se aqui duas possibilidades que variam conforme as demais relações inerentes ao fenômeno e à família: ou o menino repete o padrão abusivo ou o critica a ponto de jamais buscar reproduzir aquilo. Por isso trata-se de um discurso internalizado na sociedade, dir-se-ia até que naturalizado, por conta das condições históricas que determinam um homem provedor das necessidades da família e de uma mulher dócil, frágil e destinada à criação dos filhos e cumprimento das tarefas do lar (Beauvoir, 1980; Nicholson, 2000; Bourdieu, 2010).

Com relação à prevenção, o foco dos profissionais responsáveis pelo trabalho com a violência sexual infantil no Creas do município é direcionado principalmente às escolas. Busca-se a formação dos profissionais de outros setores do município, mas prioriza-se a prevenção nas escolas, uma vez que é nelas que em geral aparecem os primeiros sinais de violência sexual percebidos pelos professores. Age-se como canal comunicativo e de identificação do fenômeno. A importância disso é pontuada também por Viodres-Inoue e Ristum (2008). Os entrevistados destacam a relevância dessas ações tomando por base que a democratização de informações favorece a quebra do silêncio da violência. Se a escola percebe mais cedo os sinais de que uma criança está

passando por situação de abuso e denúncia, as crianças são conscientizadas de seus direitos e passam a reconhecer quais situações são próprias ou não da sua relação com um adulto.

A pedagoga declara: *“Uma das coisas importantes que eu vejo é fazer com que a criança saiba, que ela perceba que ela está sendo vítima, abusada. Que ela saiba pedir ajuda, porque se ela não sabe, ela vai crescendo com aquilo, o pai, padrasto, alguém vai fazendo carinho nela, ela vai achar aquilo natural, vai achar que é daquela forma a relação entre padrasto e enteado ou pai e filho ou mãe e filho, filha”*. Assim, prioriza-se a construção de um discurso juntamente às crianças e que evidencie que o adulto não pode fazer tudo o que desejar na relação entre ambos, porque seus direitos de proteção são garantidos (Braun, 2002; Ferrari; Vecina, 2002).

Para aproximar as crianças e adolescentes do reconhecimento do fenômeno, os profissionais criaram uma história infantil apresentada no formato de livro com peça teatral, baseada na história de Chapeuzinho Vermelho. A história age como facilitadora na compreensão da criança acerca das violências que possivelmente pode estar sofrendo. Os profissionais acreditam que dando voz à criança, ela é capaz de denunciar a violência.

Atenta-se, na questão da denúncia, que há diferença na atuação de professores da rede pública de ensino e da rede privada, primeiramente porque raras vezes há denúncia de violência sexual intrafamiliar em famílias de classe alta, não que nesta não ocorra, mas a maior parte dos casos revelados é em famílias com condições socioeconômicas desfavoráveis (Brino; Willians, 2003).

Os profissionais entrevistados consideram improvável que famílias com melhores condições denunciem a violência, sendo que nas próprias escolas os professores, quando percebem a evidência de abuso, sentem dificuldade em denunciar: *“Por exemplo, nas escolas particulares a gente já ouviu assim que ‘como é que eu vou me intrometer na vida deles?!’.” “Então tem aquele medo maior por ser particular”*. Percebem-se aqui dois motivos para professores não se envolverem nas denúncias, estes também apontados por Brino e Willians

(2003) em um estudo: o medo de represálias dos responsáveis pela criança e a falsa crença de que o profissional não deve se envolver nas questões familiares de seus alunos.

Da mesma forma, a assertiva aproxima-se de uma comparação sobre a representação de violência para pais de alunos em escola pública e particular, cujos resultados denunciam que os próprios pais de alunos matriculados em instituições privadas simpatizam com a posição de que “ninguém tem nada a ver com o que acontece na casa dos outros” (Biscegli et al., 2008, p. 370). Uma pesquisa de Ristum (2002) conclui que a própria constituição da escola particular pode não incentivar que professores tratem do tema da violência com seus alunos. Neste estudo foram contempladas duas escolas públicas e duas particulares e nestas foram contabilizadas que, respectivamente, apenas 13,8% e 11,1% dos professores/diretores escolares conversam com pais quando há casos de violência percebidos na escola. Tal deficiência na escuta e mesmo na intervenção só tem a perder no que respeita aos direitos da criança, sendo o silêncio uma situação que há muito se sabe da necessidade de ser superado e que envolve a escola, de forma integral. A escola tem percebido seu papel, agora falta assumir que a família não é mais uma instituição considerada sagrada e que deve sim ser questionada perante os acontecimentos que a circundam em prol da saúde física e mental de seus membros.

Considerações finais

A partir dos dados obtidos por meio desta pesquisa percebeu-se que a violência sexual infantil intrafamiliar, no que diz respeito às relações de poder, está intrinsecamente ligada aos processos históricos e sociais que trazem o papel de dominação masculina diante da submissão feminina, construtos legitimados pelos discursos sociais e internalizados desde a infância.

Verificou-se que muitas das circunstâncias vivenciadas dentro das famílias têm se reproduzido cotidianamente nas relações por conta da cristalização de pensamentos e comportamentos que apontam para a mulher enquanto sexo frágil,

responsável pelo cuidado das crianças e tarefas da casa, ao mesmo tempo em que o homem deve prover a subsistência de seus dependentes. Acredita-se, porém, na articulação das atividades executadas pelos papéis tanto de pai quanto de mãe, com fins a priorizar um desenvolvimento saudável para as crianças e assim superar a visão ultrapassada de gêneros com funções estáticas e limitadoras.

Os casos de violências sexuais infantis atendidos pelo Creas pesquisado são alarmantes, dado o grande número de atendimentos para o limitado número de profissionais, apenas dois para toda a rede municipal. Atentou-se também, e talvez justamente pelo pequeno número de profissionais, para o fato de que o trabalho se dá com ênfase na prevenção, capacitando professores e informando os alunos, para que assim o fenômeno da violência sexual seja percebido mais precocemente e que as próprias crianças compreendam que tipo de relação é, ou não, saudável de ocorrer entre ela e um adulto. Ou seja, acredita-se que o silêncio que circunda a violência ocorrida no âmbito privado, dentro de casa, não só precisa como está sendo gradualmente superado, por meio de iniciativas que chamam a escola e demais instituições sociais para a responsabilidade com o bom desenvolvimento dos cidadãos.

Considera-se desta forma a relevância de pesquisas na área em prol do desenvolvimento da criança e garantia de seus direitos, assim como abrindo espaço para outros trabalhos cujo foco seja não apenas na área social, mas também de educação, tomando a prevenção como ponto chave contra a violência sexual infantil.

Referências

ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. *Filosofando: introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna, 1993.

ARIÉS, P. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2006.

AZEVEDO, M. A. *Pesquisando a violência doméstica contra crianças e adolescentes: a ponta do iceberg*. São Paulo: Laboratório de Estudos da Criança, USP, Instituto de Psicologia. Brasil 1996-2007. 2007. Disponível em: <<http://www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/iceberg.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BISCEGLI, T. S. et al. Violência doméstica contra crianças: nível de conhecimento dos pais de crianças em escolas pública e privada. *Rev Paul Pediatr*, 26(4): 365-71, 2008.

BONAVIDES, S. M. P. B. *A autoestima da criança que sofre violência física pela família*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFRN, Natal (RN), 2005.

BOURDIEU, P. A *dominação masculina*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço*. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. (Caderno de Atenção Básica, 8).

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico das Cidades*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=411070#>>. Acesso em: 21 mar. 2012.

BRASIL. *Disque Denúncia Nacional: DDN 100*. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, 2010. Disponível em: <<http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/DADOS%20DISQUE%20100%20-%20ALAGOAS%20-%202010.pdf/view>>. Acesso em: 22 mar. 2012.

BRAUN, S. *A violência sexual infantil na família: do silêncio à revelação do segredo*. Porto Alegre: AGE, 2002.

BRINO, R. F.; WILLIAMS, L. C. A. Concepções do professor acerca do abuso sexual infantil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 119, p. 113-128, jul. 2003.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Hegemonic Masculinity – Rethinking the concept. *Gender & Society*, vol. 19, n. 6, 829-859, december 2005.

EIZIRIK, C. L. *O ciclo da vida humana: uma perspectiva psicodinâmica*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

- FERRARI, D. C. A.; VECINA, T. C. C. (Org.). *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo: Ágora, 2002.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade, 1: a vontade de saber*. 17. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade, 3: o cuidado de si*. 7. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- GABEL, M. *Crianças vítimas de abuso sexual*. São Paulo: Summus, 1997.
- GUEDES, R. N.; FONSECA, R. M. G. S. A autonomia como necessidade estruturante para o enfrentamento da violência de gênero. *Rev. Esc. Enferm USP*, 45(Esp.2):1.731-1.735, 2011.
- LEBRUN, G. *O que é poder*. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984.
- MACHADO, H. B. et al. Abuso sexual: diagnóstico de casos notificados no município de Itajaí/SC, no período de 1999 a 2003, como instrumento para a intervenção com famílias que vivenciam situações de violência. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 14(Esp.):54-63, 2005.
- MONTEIRO, C. F. S. et al. Violência sexual contra criança no meio intrafamiliar atendidos no SAMVVIS, Teresina, PI. *Rev Bras Enferm*, Brasília, 61(4): 459-63, jul./ago. 2008.
- NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. In: *Revista Estudos Feministas*, Brasil, Santa Catarina: CFH/CCE/UFSC, vol. 8, n. 2, p. 8-41, 2000.
- NORONHA, D. Paternidade. In: NORONHA, D. *Macho-masculino-homem: a sexualidade, o machismo e a crise de identidade do homem brasileiro*. 3. ed. Porto Alegre: L & PM Editores, 1986.
- NUNES, B. F. *Sociedade e infância no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.
- POLANCZYK, G. V. et al. Violência sexual e adolescentes. *Rev Saúde Pública*, 37(1):8-14, 2003.
- PRADO, D. *O que é família*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1986.
- RISTUM, M. Violência urbana: a avaliação de professoras sobre a atuação da escola. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 6, n. 2, p. 167-176, 2002.
- ROMERO, K. R. P. S. *Crianças vítimas de abuso sexual: aspectos psicológicos da dinâmica familiar*. Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente. Curitiba: Ministério Público do Estado do Paraná, 2007.

SCODELARIO, A. S. A família abusiva. In: FERRARI, D. C. A.; VECINA, T. C. C. (Orgs.). *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo: Ágora, 2002. p. 95-106.

SEVERINO, A. J. *Educação, ideologia e contra-ideologia*. São Paulo: EPU, 1986.

SOUTO, C. M. R. M.; BRAGA, V. A. Vivências da vida conjugal: posicionamento das mulheres. *Rev. Bras. Enferm*, Brasília, 62(5): 670-674, set./out. 2009.

THORNE, B. *Gender play – girls and boys in school*. New Jersey: Rutgers University Press, 1993.

VIODRES-INOUE, S. R.; RISTUM, M. Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. *Estudos de Psicologia*, Campinas, 25(1), 11-21, jan./mar. 2008.